

DIÁRIO DA ASSEMBLÉIA

Nº 194

CURITIBA, TERÇA-FEIRA, EM 11 DE DEZEMBRO DE 2001

ANO XXVII

Mesa Diretora

HERMAS BRANDÃO

Presidente - PSDB

ELIO RUSCH

1º Vice-Presidente - PFL

IRINEU COLOMBO

2º Vice-Presidente - PT

AUGUSTINHO ZUCCHI

3º Vice-Presidente - PDT

VALDIR ROSSONI

1º Secretário - PTB

ANTONIO ANIBELLI

2º Secretário - PMDB

CESAR SELEME

3º Secretário - PPB

EDNO GUIMARÃES

4º Secretário - PSDB

NELSON GARCIA

5º Secretário - PFL

ABIB MIGUEL

Diretor Geral

Lideranças

<i>Líder do Governo</i>	<i>Durval Amaral</i>
<i>Líder da Oposição</i>	<i>Waldyr Pugliesi</i>
<i>PTB</i>	<i>Carlos Simões</i>
<i>PFL</i>	<i>Plauto Miró Guimarães</i>
<i>PSDB</i>	<i>Sérgio Spada</i>
<i>PMDB</i>	<i>Nereu Moura</i>
<i>PPB</i>	<i>Tony Garcia</i>
<i>PT</i>	<i>Hermes Fonseca</i>
<i>PDT</i>	<i>Luiz Carlos Zuk</i>
<i>PSL</i>	<i>Luiz Carlos Martins</i>
<i>PL</i>	<i>Pastor Edson Praczyk</i>
<i>PPS</i>	<i>Cezar Silvestri</i>

Representação Partidária

PMDB - 08: Ademir Bier - Antonio Anibelli - Caíto Quintana - Edson Strapasson - Nereu Moura - Orlando Pessuti - Ricardo Chab - Waldyr Pugliesi; PSDB - 08: Algaci Tulio - Ademar Traiano - Edno Guimarães - Hermas Brandão - Luiz Fernandes da Silva Litro - Nelson Tureck - Ricardo Maia - Sérgio Spada; PFL - 07: Basílio Zanusso - Cleiton Kielse - Divanir Braz Palma - Durval Amaral - Elio Rusch - Nelson Garcia - Nelson Justus (licenciado) - Plauto Miró Guimarães; PTB - 07: Carlos Simões - Custódio da Silva - Hidekazu Takayama - Luiz Accorsi - Luiz Carlos Alborghetti - Tiago Amorim Novaes - Valdir Rossoni; PDT - 06: Augustinho Zucchi - Eli Ghellere - José Maria Ferreira - Luiz Carlos Zuk - Neivo Beraldin - Renato Gaúcho; PPB - 06: Cesar Seleme - Duílio Genari - Fernando Ribas Carli - Tony Garcia - Miltinho Pupio - Moysés Leônidas; PT - 04: Ângelo Vanhoni - Hermes Fonseca - Irineu Colombo - Luciana Rafagnin; PL - 03: Chico Noroeste - Pastor Edson Praczyk - Serafina Carrilho; PSL - 03: Cartário - Luiz Carlos Martins - Antonio Carlos Belinati; PPS - 02: Cezar Silvestri - Marcos Isfer.

**3ª SESSÃO LEGISLATIVA DA
14ª LEGISLATURA
ATA DA 054ª SESSÃO
EXTRAORDINÁRIA
REALIZADA EM
11 DE DEZEMBRO DE 2001**

(terça-feira)

Presidência do senhor deputado Hermas Brandão, secretariada pelos senhores deputados Cesar Seleme e Antonio Carlos Belinati.

Às dezoito horas é registrada a presença dos seguintes senhores deputados: Mesa Executiva: Hermas Brandão, Elio Rusch, Irineu Colombo, Augustinho Zucchi, Valdir Rossoni, Antonio Anibelli, Cesar Seleme, Edno Guimarães, Nelson Garcia; PPS: Cezar Silvestri, Marcos Isfer; PL: Chico Noroeste, Pastor Edson Praczyk, Serafina Carrilho; PPB: Duílio Genari, Fernando Ribas Carli, Miltinho Pupio, Moysés Leônidas, Tony Garcia; PDT: Eli Ghellere, José Maria Ferreira, Luiz Carlos Zuk, Neivo Beraldin, Renato Gaúcho; PT: Ângelo Vanhoni, Hermes Fonseca, Luciana Rafagnin; PSDB: Ademar Traiano, Algaci Tulio, Luiz Fernandes da Silva Litro, Nelson Tureck, Ricardo Maia, Sérgio Spada; PFL: Basílio Zanusso, Cleiton Kielse, Divanir Braz Palma, Durval Amaral, Plauto Miró Guimarães; PTB: Carlos Simões, Custódio da Silva; Hidekazu Takayama, Luiz Accorsi, Luiz Carlos Alborghetti, Tiago Amorim Novaes; PMDB: Ademir Bier, Caíto Quintana, Edson Strapasson, Nereu Moura, Orlando Pessuti, Ricardo Chab, Waldyr Pugliesi; PSL: Antonio Carlos Belinati, Geraldo Cartário, Luiz Carlos Martins (54).

Verificada a existência de número legal, o senhor presidente declara aberta a

SESSÃO EXTRAORDINÁRIA.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Sob a proteção de Deus, iniciamos os nossos trabalhos.

O SR. 2º SECRETÁRIO

Procede a leitura da Ata da Sessão anterior à qual foi aprovada sem observações.

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

Aquele requerimento sobre a transformação de Comissão Geral vai ser votado amanhã?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Posteriormente.

O SR. NEREU MOURA

Após a votação da pauta?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

No caso de apresentarem emendas, não será analisado hoje.

O SR. NEREU MOURA

O requerimento?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

O requerimento será votado no final da Sessão.

O SR. NEREU MOURA

Depois da pauta?

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

É.

O SR. 1º SECRETÁRIO

Procede a leitura do seguinte

EXPEDIENTE:

Requerimentos:

REQUERIMENTO Nº 4298

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 187, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o plenário, dispensa de discussão e votação da redação final para os projetos aprovados em 2ª discussão, constantes da Ordem do Dia da presente sessão, que não tenham sofrido emendas no curso de sua tramitação.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) ELIO RUSCH

REQUERIMENTO Nº 4298-A

Senhor Presidente:

O deputado que o presente subscreve, no uso de suas atribuições regimentais e, com fundamento no disposto pelo artigo 101, parágrafo 4º do Regimento Interno, REQUER, após ouvido o douto Plenário, a inversão da Ordem do Dia, da presente Sessão Extraordinária.

Sala das Sessões, em 11.12.2001.

(a) DURVAL AMARAL

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está encerrada a Hora do Expediente.

Passa-se à

ORDEM DO DIA:

com a presença de 54 senhores deputados.

Sobre a mesa, requerimento de autoria do senhor deputado Durval Amaral, constante do expediente, solicitando a inversão da Ordem do Dia da presente Sessão Extraordinária. **Aprovado.**

De conformidade com o requerimento acima aprovado, passaremos à apreciação da matéria constante da Ordem do Dia, conforme avulso distribuído aos senhores deputados:

ITEM 23

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Resolução nº 038/2001, de autoria do deputado Cesar Seleme e outros, que fixa regras para celebração de convênio entre a Assembléia Legislativa do Estado do Paraná e a Parana Previdência, com vistas à instituição de um plano de previdência para os detentores de mandato eletivo junto ao Poder Legislativo Estadual. **Aprovado. (Publ. no DA nº 190/2001, de 10.12.2001).**

ITEM 22

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 625/2001, de autoria do Poder Executivo- Mensagem nº 055/2001, abertura de crédito suplementar no valor de R 459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais) ao vigente orçamento do fundo -FIA, visando a criação da obra para atender a ampliação da unidade do educandário São Francisco no município de Piraquara. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF e CO. EM REGIME DE URGÊNCIA. Aprovado. (Publ. no DA nº 176/2001, de 26.11.2001 - Mens.)**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA PROJETO DE LEI Nº 625/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do Poder Executivo visa abertura de crédito suplementar no valor de R\$459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais) ao vigente orçamento do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência -Fia, visando a criação da obra para atender a ampliação da Unidade do Educandário São Francisco, no município de Piraquara.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA - Presidente em exercício
ADEMAR TRAIANO - Relator.

COMISSÃO DE FINANÇAS PROJETO DE LEI Nº 625/2001

P A R E C E R :

Da autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 55/2001, o presente plano de lei, objetiva aprovar abertura de crédito suplementar no valor de R 459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais), ao vigente orçamento do Fundo Estadual para a Infância e Adolescência- FIA, vinculado à Secretaria de Estado da Criança e Assuntos da Família, aprovado pela Lei nº 13.030, de

28.12.2000, visando abertura de Crédito Suplementar e a criação da Obra para atender a Ampliação da Unidade do Educandário São Francisco no município de Piraquara.

O referido projeto de lei foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria.

No que compete a esta Comissão de Finanças, a manifestar-se, seguindo o que preceitua o parágrafo 3º do artigo 33, do Regimento Interno, temos a opinar favoravelmente à proposição, esclarecendo ainda que, como consta na própria mensagem, os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO PROJETO DE LEI Nº 625/2001

P A R E C E R :

Relatório

Oriundo da Mensagem Governamental nº 055/2001, e objetiva aprovar crédito suplementar no valor de R\$459.000,00 (quatrocentos e cinquenta e nove mil reais), ao vigente orçamento do Fundo- FIA, visando a criação da obra para atender a ampliação da unidade do Educandário São Francisco.

Fundamentação

Tal propositura já mereceu pareceres favoráveis das Comissões de Constituição e Justiça e de Finanças.

Esta Comissão de Orçamento, chamada a opinar nos termos do artigo 33, parágrafo 4º do Regimento Interno, verificou que são recursos a serem destinados para a criação de Obra para atender a ampliação da unidade do Educandário São Francisco, no município de Piraquara. A importância acima descrita é decorrente do cancelamento de dotação do próprio órgão.

Conclusão

Pelo exposto, concluímos pela aprovação do presente projeto de lei, na forma apresentada.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) CESAR SILVESTRI -Presidente
DURVAL AMARAL - Relator

ITEM 21

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 623/2001, e autoria do Poder Executivo- Mensagem 053/2001, que aprova ajuste orçamentário no valor de R\$1.640.000,00 (Um milhão seiscentos e quarenta mil reais) o vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei nº 13.030, DE 28.12.2000, visando executar o programa PROEM/BID. **PARECERES FAVORÁVEIS**

DA CCJ, CF e CO. EM REGIME DE URGÊNCIA.
Aprovado. (Publ. no DA nº 176/2001, de 26.11.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 623/2001

P A R E C E R :

O presente plano de lei, de autoria do Poder Executivo, tem por objetivo aprovar ajuste orçamentário no valor de R\$1.640.000,00 (um milhão, seiscentos e quarenta mil reais) ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei nº 13.030, de 28.12.2000, visando executar o Programa PROEM/BID.

Chamada esta Comissão a se manifestar com relação à legalidade e constitucionalidade, nada encontramos que possa impedir sua normal tramitação.

Assim, nosso parecer é favorável.

Sala das Comissões, em 27.11.2001.

(aa) CAÍTO QUINTANA -Presidente em exercício
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 623/2001

P A R E C E R :

De autoria do Poder Executivo, através da Mensagem nº 053/2001, o presente pleno de lei, objetiva aprovar ajuste orçamentário no valor de R\$1.640.000,00 (um milhão, seiscentos e quarenta mil reais), ao vigente orçamento da Secretaria de Estado da Educação, aprovado pela Lei nº 13.030, de 28.12.2000, visando executar o Programa PROEM/BID.

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Constituição e Justiça no tocante à constitucionalidade e legalidade. A mesma posicionou-se pela constitucionalidade da matéria.

No que compete a esta Comissão de Finanças a manifestar-se seguindo o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33, do Regimento Interno, temos a opinar favoravelmente à proposição, esclarecendo ainda, que como consta na própria mensagem, os recursos para cobertura da referida programação são decorrentes de cancelamento de dotação do próprio órgão.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 05.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE ORÇAMENTO
PROJETO DE LEI Nº 623/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em análise, oriundo do Poder Executivo, através da Mensagem nº 053/2001, busca aprovar ajuste orçamentário da Secretaria de Estado da Educação, visando executar o Programa PROEM/BID.

O presente projeto foi analisado regimentalmente pela Comissão de Orçamento no tocante à constituição e legalidade. Em que pese a Receita Tributária (ICMS), estar dando suporte à suplementação das fontes específicas vinculadas como 16 (cota-parte da Contribuição do Salário Educação) e 36 (Operações de Crédito Externas-Vinculadas), o que tecnicamente não seria mais adequado vez que, se estas fontes, se efetivarem junto aos cofres do Tesouro do Estado, mas correto seria que fossem suplementadas por excesso de arrecadação, nos termos do artigo 43 da Lei 4.320/64, e não a compensação, através de anulação da Receita de outra fonte.

Ainda, não obstante, o cancelamento e o acréscimo do ajuste pretendido referirem-se à mesma pasta-Secretaria da Educação, insta salientar, que não raro, a conversão entre fontes, não é orçamentariamente recomendável, vez que as ações programáticas a essas relacionadas podem estar prejudicadas, assim como o orçamento na sua caracterização maior, que é de planejamento.

Pelo exposto, somos de parecer favorável, vez que manteve-se o equilíbrio entre a Receita e a Despesa.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 10.12.2001.

(aa) CÉSAR SILVESTRI - Presidente
JOSÉ MARIA FERREIRA - Relator

ITEM 20

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 594/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pedrinho I, no município de Boa Ventura do São Roque. **PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 168/2001, de 13.11.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 594/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Valdir Rossoni, o projeto em questão autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Pedrinho I, com eixo de barragem localizado no Rio Pedrinho, município de Boa Ventura de São Roque/PR.

Chamada esta Comissão a se manifestar e sendo o mesmo autorizatório, verificamos que nada obsta à sua normal tramitação, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo, encaminhando-o à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente para análise e parecer, mediante documentação exigida à aprovação do Projeto (conforme artigo 209 da Constituição Estadual e artigo 225, parágrafo 1º, IV, da Constituição Federal).

Sendo assim, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 594/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Valdir Rossoni, autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Pedrinho I, com eixo de barragem localizado no Rio Pedrinho, município de Boa Ventura de São Roque/PR.

Sobre a matéria já existe o pronunciamento favorável, da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação. No entanto, sugerimos o encaminhamento da matéria para parecer da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que irá analisar a documentação exigida pela legislação em vigor.

Sendo assim, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 19

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 593/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Novo Horizonte. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. (Publ. no DA nº 168/2001, de 13.11.2001).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 593/2001

P A R E C E R :

De autoria do nobre deputado Valdir Rossoni, o projeto em questão autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Novo Horizonte, no Rio Capivari, bacia hidrográfica Atlântico, trecho sudeste, Sub-Bacia 81, entre os municípios de Campina Grande do Sul e Bocaiúva do Sul.

Chamada esta Comissão a se manifestar e sendo o mesmo autorizatório, verificamos que nada obsta a sua normal tramitação, pelo que somos de parecer favorável ao mesmo, encaminhando-o à Comissão de Ecologia e Meio Ambiente para análise e parecer, mediante documentação exigida à aprovação do Projeto (conforme artigo 209 da Constituição Estadual e artigo 225, parágrafo 1º, IV da Constituição Federal).

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 593/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado Valdir Rossoni, autoriza a construção da Pequena Central Hidrelétrica - PCH Novo Horizonte, no Rio Capivari, bacia Hidrográfica Atlântico, trecho Sueste, Sub-Bacia 81, entre os municípios de Campina Grande do Sul e Bocaiúva do Sul.

Podemos observar a existência de parecer favorável, da Douta Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Finanças, de acordo com o que preceitua o artigo 33, parágrafo 3º do Regimento Interno desta Casa, não encontramos nenhum impedimento quanto a sua normal tramitação. No entanto, sugerimos o encaminhamento da matéria para parecer da Comissão de Ecologia e Meio Ambiente, que irá analisar a documentação exigida pela legislação em vigor.

Sendo assim, esta Comissão opina favoravelmente ao presente plano de lei.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente

DUÍLIO GENARI - Relato

Os itens 20 e 19 da pauta, 1ª discussão dos Projetos de lei 594/2001 e 593/2001, mesmo em regime de urgência, sairão da pauta, mas estarão incluídos na Ordem do Dia de amanhã. Estão retornando à Comissão de Meio Ambiente.

ITEM 18

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 474/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Mallet o imóvel que especifica. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ E CF. **Aprovado. (Publ. no DA nº 131/2001, de 24.09.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 474/2001

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Valdir Rossoni, que propõe a doação de um imóvel no município de Mallet à prefeitura daquela cidade, com objetivo de ali instalar a Secretaria Municipal de Educação e Cultura, não encontra nenhum impedimento constitucional ou legal para tramitar pelas demais comissões desta Casa.

Diante do exposto, nosso parecer é favorável, opinando-se pela aprovação do projeto em tela.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

ALGACI TULIO - Relator

COMISSÃO DE TERRA, IMIGRAÇÃO
E COLONIZAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 474/2001

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 474/2001, de autoria do deputado Valdir Rossoni, autoriza o Poder Executivo a doar à Prefeitura Municipal de Mallet o imóvel que especifica.

A matéria obteve parecer favorável na Comissão de Constituição e Justiça preenchendo todos os requisitos do artigo 10 da Constituição Estadual.

O imóvel doado será utilizado para a instalação da Secretaria Municipal de Educação, do município de Mallet.

Isto posto, no âmbito de competência desta Comissão Permanente, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 474/2001.

Sala das Comissões, em 04.12.2001.

(aa) NEREU MOURA - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relato

ITEM 17

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 311/2001, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que autoriza o governo do Estado do Paraná, a reduzir a taxa de cobrança da coleta e tratamento de esgoto para 50% do custo do abastecimento faturado. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF. e COPTC. **Aprovado. (Publ. no DA nº 102/2001, de 06.08.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 311/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Cleiton Kielse, autoriza o Poder Executivo a reduzir a taxa de cobrança de coleta e tratamento de esgoto para 50% sobre o valor da fatura de água.

Atualmente esse percentual é de 80%, segundo a Sanepar, em função de estudos realizados sobre o volume de água servido que volta em forma de esgotos pela rede coletora para remoção, tratamento e disposição final. Apesar de ter amparo legal, o valor cobrado pela Sanepar gera constantes protestos e indignação dos usuários, vez que a remoção e tratamento de esgotos oferecidos pela companhia têm sua planilha de custos com valores muito baixos. A remoção é feita beneficiando-se da força da gravidade e o tratamento segue método natural de depuração por microorganismos, sem adição de produtos químicos ou emprego de equipamentos elétricos.

A determinação da taxa é de competência do Poder Executivo, mas como o projeto em tela é autorizativo, essa Comissão nada encontra que possa comprometer a legalidade da proposta.

Portanto, nosso parecer é favorável à tramitação normal do projeto pelas demais Comissões e sua posterior discussão e votação em plenário.

Sala das Comissões, em 11.09.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
SÉRGIO SPADA - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 311/2001

P A R E C E R :

O projeto de lei em epígrafe, de autoria do deputado Cleiton Kielse, autoriza o Poder Executivo a reduzir a taxa de cobrança de coleta e tratamento de esgoto para 50% sobre o valor da fatura de água.

Sobre a matéria podemos constatar o pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar esta Comissão, de acordo com o que preceitua o parágrafo 3º, do artigo 33 do Regimento Interno, observamos que não existe nenhum óbice quanto à sua normal tramitação pelos demais órgãos desta Casa de Leis.

Desta forma, nosso parecer é favorável ao projeto em tela, opinando-se pela sua aprovação.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 24.10.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÃO
PROJETO DE LEI Nº 311/2001

P A R E C E R :

O plano de lei em análise, de autoria do deputado Cleiton Kielse, tem por finalidade autorizar o Governo do Estado do Paraná, a reduzir a taxa de cobrança de coleta e tratamento de esgoto para 50% do custo do abastecimento faturados.

Atualmente esse percentual é de 80%. Como este custo gera constantes protestos e indignação dos usuários, em vista que a remoção e tratamento de esgoto oferecidos pela Companhia têm sua planilha de custos com valores muito baixos, pois é a remoção é feita beneficiando-se da força da gravidade e o tratamento segue método natural de depuração por microorganismos, sem a adição de produtos químicos ou emprego de equipamentos elétricos, nada encontramos sob o ponto de vista meritório que este projeto siga seu trâmite legal, pois atende aos apelos da sociedade.

Em vista disso, opinamos favoravelmente!

Sala das Comissões, em 19.11.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

ITEM 16

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 435/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira, que institui a obrigatoriedade de programas de reciclagem de lixo em todos os municípios do Estado do Paraná e dá outras providências. PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ e CSP. EMENDA DA CSP. **Aprovado. (Publ. no DA nº 185/2000, de 12.12.2001).**

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 435/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do nobre deputado José Maria Ferreira, institui a obrigatoriedade de Programas de Reciclagem de Lixo em todos os municípios do Estado do Paraná e dá outras providências.

Chamada esta Comissão a se manifestar, verificou-se que o projeto de lei em tela, atende ao exposto nos artigos 225 da Constituição Federal e 207 da Constituição Estadual.

Assim sendo, nosso parecer é favorável, a sua normal tramitação nesta Casa de Leis.

É o parecer.

Sala das Comissões, em 20.03.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ORLANDO PESSUTI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
PROJETO DE LEI Nº 435/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 435/2000, de autoria do deputado José Maria Ferreira, institui a obrigatoriedade de programas de reciclagem de lixo em todos os municípios do Estado do Paraná.

Foi solicitada diligência à Secretaria de Estado do Meio Ambiente em 20 de julho de 2001. Até o presente momento não houve retorno daquela pasta governamental. Dessa forma, passamos a analisar a matéria, evitando ainda maior demora na apreciação do projeto de lei.

A Lei federal 5318/67 que trata da política de saneamento faz a distinção entre saneamento e saneamento básico. O saneamento é integrado por políticas de saúde, meio ambiente, desenvolvimento urbano e recursos hídricos.

Dessa forma, a questão do lixo integra a política de saneamento.

A competência constitucional para legislar sobre saneamento é comum à União, Estados e Municípios, conforma prescreve a Constituição Federal. A titularidade para prestar os serviços de interesse local é municipal, nos termos do artigo 30, V, da Constituição Federal.

Dessa forma, sob a ótica constitucional, o Projeto de Lei nº 435/2000 está apto a tramitar e na mesma linha

já se pronunciou nesta matéria a Comissão de Constituição e Justiça.

Quanto ao mérito, é preciso lembrar que o lixo é uma das grandes preocupações dos centros urbanos. A reciclagem é o único caminho para evitar a proliferação dos chamados lixões, evitando-se assim a contaminação dos lençóis freáticos.

É preciso destacar, em se tratando de município que integre região metropolitana, pode o Estado organizar a prestação do serviço público de interesse local, haja vista que a criação dessas regiões representa uma certa perda de autonomia municipal.

Contudo, fazemos duas observações aos termos dos artigos 10 e 11 do projeto de lei em análise. A primeira é a impossibilidade da inclusão de rubrica no orçamento para o exercício de 2001, razão pela qual propomos emenda para a inclusão no orçamento para 2002.

O segundo ponto a ser observado é a impropriedade de técnica legislativa existente no artigo 11, *in fine*. A Lei Complementar Federal nº 95/98, no seu artigo 9º, veda a utilização da cláusula genética de revogação. Deve-se, existindo disposição legal a ser revogada, especificar qual o diploma legal ou artigos, incisos ou alíneas a serem revogadas.

Isto posto, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 435/2000, na forma da emenda anexa.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE SAÚDE PÚBLICA
EMENDA AO PROJETO DE LEI Nº 435/2000

Os artigos 10 e 11 do Projeto de Lei nº 435/2000, passam a vigorar com o seguinte teor:

“Art. 10 - Fica o Poder Executivo autorizado a abrir crédito adicional especial no orçamento para o exercício de 2002, destinado a fazer face às despesas decorrentes da execução desta lei.

Art. 11 - Esta lei entra em vigor na data de sua publicação”.

Sala das Comissões, em 14.11.2001.

(aa) LUIZ ACCORSI - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator
Apoio: Renato Gaúcho, Cleiton Kielse.

ITEM 15

1ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 408/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse, que autoriza o Poder Executivo a isentar do pedágio as pessoas portadoras de deficiência renal, para o deslocamento do seu município para a cidade mais próxima que possua atendimento especializado na área de hemodiálise. PARECER CONTRÁRIO DA CCJ. PARECERES FAVORÁVEIS DA

COPTC, CDH e CF. EMENDA DA CF. **Aprovado.**
(Publ. no DA nº 172/2000, de 29.11.2000).

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROJETO DE LEI Nº 408/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 408/2000 de autoria do deputado Cleiton Kielse, autoriza o Poder Executivo a isentar do pedágio as pessoas portadoras de deficiência renal quando deslocarem-se, dentro do Estado do Paraná, do seu município à cidade pólo mais próxima que possua atendimento especializado na área de hemodiálise.

Do ponto de vista do mérito, não podemos discutir a abrangência da matéria, contudo o pedágio é taxa de serviço cobrado para a conservação das rodovias aos proprietários de veículos automotores.

O pedágio é cobrado sempre que o contribuinte, com seu veículo automotor, utiliza a via pedagiada. O valor do gravame deve, em tese, corresponder ao potencial de desgaste que o veículo provoca na rodovia.

Como se observa do texto do projeto de lei em análise, há impropriedade de técnica legislativa, pois só o proprietário de veículo automotor pode ser isentado do pagamento da referida taxa de serviço. Importa aí o trânsito do veículo automotor. Se a pessoa atravessar andando o pedágio não haverá incidência da cobrança.

Isto posto, emitimos parecer contrário à tramitação do Projeto de Lei nº 408/2000, por considerá-lo em desacordo com a técnica legislativa.

Sala das Comissões, em 03.04.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI -Relator

COMISSÃO DE OBRAS PÚBLICAS,
TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES
PROJETO DE LEI Nº 408/2000

P A R E C E R :

O Projeto de Lei nº 408/2000, de autoria do deputado Cleiton Kielse, tem por objetivo isentar do pagamento de pedágio os proprietários de veículos automotores, portadores de deficiência renal, quando se fizer necessário o deslocamento do seu município para a cidade mais próxima que possua atendimento especializado na área de hemodiálise.

Como já foi colocado na Comissão de Constituição e Justiça, não há que se discutir o mérito da matéria, razão pela qual, no âmbito de atuação desta Comissão Permanente, emitimos nosso parecer favorável à tramitação do Projeto de Lei nº 408/2000.

Sala das Comissões, em 26.09.2001.

(aa) EDSON STRAPASSON - Presidente
ANTONIO CARLOS BELINATI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
PROJETO DE LEI Nº 408/2000

P A R E C E R :

De autoria do deputado Cleiton Kielse, o presente plano de lei visa autorizar o Poder Executivo a isentar do pedágio as pessoas portadoras de deficiência renal, para o deslocamento do seu município para a cidade mais próxima que possua atendimento especializado na área de hemodiálise.

A proposição foi analisada anteriormente pela Comissão de Constituição e Justiça, a qual recebeu parecer contrário. Chamada esta Comissão de Finanças a opinar, conclui que:

O pedágio é cobrado do possuidor de veículo automotor, quando este utiliza a via pedagiada. Ao observar o artigo 1º do projeto de lei, vemos que está em desacordo com a Técnica Legislativa, pois somente o proprietário de veículo automotor poderá ficar isento do pagamento do pedágio, o que não foi citado no referido projeto de lei.

Assim sendo, no âmbito desta Comissão Técnica, conforme o disposto no artigo 33, parágrafo 3º, do Regimento Interno, opinamos pela apresentação da Emenda Substitutiva em anexo.

É o Parecer.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE FINANÇAS
EMENDA SUBSTITUTIVA GERAL AO
PROJETO DE LEI Nº 408/2000

Art. 1º - Autoriza o Poder Executivo a isentar do pagamento de pedágio os proprietários de veículos automotores, portadores de deficiência renal, quando se fizer necessário o deslocamento do seu município para a cidade mas próxima que possua atendimento especializado na área de hemodiálise.

Art. 2º - Esta lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Sala das Comissões, em 26.06.2001.

(aa) ADEMIR BIER - Presidente
DUÍLIO GENARI - Relator

COMISSÃO DE DIREITOS HUMANOS
E DA CIDADANIA
PROJETO DE LEI Nº 408/2000

P A R E C E R :

O presente projeto de lei, de autoria do deputado Cleiton Kielse, autoriza o Poder Executivo a isentar do pedágio as pessoas portadoras de deficiência renal, para o deslocamento do seu município para a cidade mais próxima que possua atendimento especializado na área de hemodiálise.

Sobre a matéria já existe pronunciamento favorável da Comissão de Constituição e Justiça.

Chamada a opinar, esta Comissão de Direitos Humanos e da Cidadania entende da maior importância a proposição apresentada, pois irá beneficiar uma parcela da sociedade que depende de atendimento médico constante.

Dada a relevância da proposição em tela, somos de parecer favorável, opinando pela sua aprovação, na forma da Emenda Substitutiva da douda Comissão de Finanças.

Sala das Comissões, em 20.11.2001.

(aa) RENATO GAÚCHO - Presidente

LUIZ CARLOS MARTINS - Relator

ITEM 14

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 602/2001, de autoria do deputado Luiz Fernandes da Silva Litro, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Esportiva, Recreativa e Cultural Bairro Pioneiro, do município de Palotina, com sede e foro na mesma municipalidade. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 13

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 571/2001, de autoria do deputado Edson Strapasson, que declara de Utilidade Pública a Associação de Pais e Mestres da Escola Municipal Padre Jones João Tibolla, com sede e foro no município de Colombo - PR. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 12

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 567/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Sociedade Recreativa, Cultural e Beneficente Abraão, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná. COM PARECER FAVORÁVEL DA CCJ. EMENDA DA CCJ. **Aprovada a emenda.**

ITEM 11

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 028/2001, de autoria dos deputados Serafina Carrilho e Pastor Edson Praczyk, que dispõe sobre a manutenção de desfibriladores em shopping centers, estádios de futebol, ginásios de esportes e supermercados e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CE E CSP. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 10

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 011/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que obriga as empresas comerciais a afixar com destaque, em local visível, a expressão "Sonegar é crime", e dá outras providências. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CF E CDHC. **Aprovado, artigo por artigo.**

ITEM 09

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 201/2000, de autoria do deputado Antonio Anibelli, que denomina de Professora Lourdes Stefanello Lago, o imóvel que abriga a Secretaria Municipal de Educação de Palmas. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CECE. EMENDA DA CO. **Aprovado o projeto, artigo por artigo.**

Emenda: **Aprovada.**

ITEM 08

3ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 559/2001, de autoria do deputado Hidekazu Takayama, que declara de Utilidade Pública a Associação de Moradores e Agricultores da Linha Madrugada, com sede e foro no município de Palotina, Estado do Paraná. COM PARECERES FAVORÁVEIS DA CCJ, CE E CSP. **Apreciar neste turno emendas aprovadas em 2ª discussão. Aprovada a emenda.**

ITEM 07

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 489/2001, de autoria da deputada Luciana Rafagnin, que declara de Utilidade Pública a Assessorar - Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural, com sede e foro no município de Francisco Beltrão. **Aprovado. (Publ. no DA nº 138/2001, de 01.10.2001)**

ITEM 06

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 255/2001, de autoria do deputado Divanir Braz Palma, que autoriza o Poder Executivo a isentar pessoas idosas do pagamento de taxas para a confecção da segunda via de documentos roubados ou furtados e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 086/2001, de 19.06.2001)**

ITEM 05

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 156/2001, de autoria do deputado Antonio Carlos Belinati, que determina a padronização da oferta de merenda escolar no Estado do Paraná. **Aprovado. (Publ. no DA nº 050/2001, de 03.05.2001)**

ITEM 04

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 228/2000, de autoria do deputado Antonio Baratter, que autoriza o Poder Executivo a criar o Centro de Excelência de Futsal e Futebol de Campo no município de Cascavel, com o objetivo de fomentar este esporte no Estado do Paraná e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 090/2000, de 28.06.2000)**

ITEM 03

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 074/2000, de autoria do deputado Beto Richa, que institui incentivos sociais e dá outras providências. **Aprovado. (Publ. no DA nº 018/2000, de 20.03.2000)**

ITEM 02

REDAÇÃO FINAL - do Projeto de Lei nº 489/99, de autoria do deputado Ricardo Maia, que outorga o título de Cidadão Benemérito do Paraná ao Professor Wilson de Matos Silva. **Aprovado. (Publ. no DA nº 123/99, de 22.09.99)**

Solicito ao Sr. 1º Secretário, deputado Cesar Seleme, a chamada dos parlamentares para votarmos o item 01, que é o veto aposto ao Projeto de Lei nº 267/99, anexo ao Projeto de Lei nº 159/2000.

ITEM 01

DISCUSSÃO ÚNICA - da Proposição nº 046/2001, veto aposto ao Projeto de Lei nº 267/99 (Anexo Projeto de Lei nº 159/2000 de autoria do deputado Fernando Ribas Carli, de autoria do deputado Ademir Bier, que dispõe a autorização do Governo do Estado, através da Companhia de Saneamento do Paraná, conceder redução da taxa de coleta e tratamento de esgoto de 80% (oitenta por cento) para 30% (trinta por cento) sobre o montante do valor da fatura de água para famílias cuja renda atinja até dois salários mínimos. **COM RELATÓRIO DA CCJ, CONSIDERANDO O VETO EM CONDIÇÕES DE SER APRECIADO PELO PLENÁRIO.**

OFÍCIO/CTL/SEEG/Nº 160/2001

Curitiba, 18/05/2001

Senhor Presidente.

Tenho a honra de acusar o recebimento do Ofício nº 039/2001, dessa Presidência, e de levar ao conhecimento de V. Exa. que, usando da atribuição conferida pelo artigo 87, inciso VII e na conformidade do disposto no parágrafo 1º do artigo 71, ambos da Constituição Estadual, vetei o Projeto de Lei nº 267/99, por julgá-lo contrário ao interesse público, em razão dos motivos adiante expostos.

Dispõe o autógrafo que o Poder Executivo fica obrigado, através da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, a conceder redução da Taxa de Coleta e Tratamento de Esgoto de 80% (oitenta por cento) para 30% (trinta por cento) sobre o montante do valor da fatura de água.

A negativa de sanção do projeto de lei em causa, decorre do detalhado pronunciamento da Companhia de Saneamento do Paraná - Sanepar, demonstrando ser a medida indiscutivelmente contrária aos superiores interesses públicos, cujos termos acolho e ratifico, fazendo deles as razões básicas do veto ora apostado. Tal pronunciamento, como parte integrante desta decisão, é anexado por cópia autêntica.

Esses os motivos que me levaram a vetar o projeto de lei que, em anexo, restituo a essa colenda Casa.

Valho-me do ensejo para apresentar a V. Exa. os meus protestos de elevado apreço e distinta consideração.

(a) JAIME LERNER

Governador do Estado

(O Projeto de Lei nº 267/99 encontra-se publicado no DA nº 034/2001, de 09.04.2001, em Redação Final)

COMISSÃO DE CONSTITUIÇÃO E JUSTIÇA
PROPOSIÇÃO Nº 46/2001

VETO AO PROJETO DE LEI Nº 267/99

P A R E C E R :

O senhor governador do Estado, no uso das atribuições que lhe são conferidas pelo artigo 87, inciso VII, e parágrafo 1º do artigo 71, da Constituição Estadual, vetou o Projeto de Lei nº 267/99, de autoria do deputado Ademir Bier.

Quanto aos aspectos atinentes à legalidade e constitucionalidade, objeto de análise desta Comissão, não há óbices que impeçam sua normal tramitação, tendo em vista o cumprimento dos prazos constitucionais e regimentais pertinentes.

Isto posto, o parecer é favorável ao veto apostado, estando o mesmo em condições de ser apreciado pelo douto Plenário desta Casa.

Sala das Comissões, em 28.08.2001.

(aa) BASÍLIO ZANUSSO - Presidente

CAÍTO QUINTANA - Relator

Em votação.

Pela ordem, com a palavra a deputado Waldyr Pugliesi.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Encontra-se sobre a mesa um requerimento em Comissão Geral. Este requerimento, senhor presidente, foi apresentado no dia de ontem, numa Sessão Ordinária. E, no nosso entendimento ele não pode ser apreciado numa Sessão Extraordinária. É esta a Questão de Ordem que estou levantando a V. Exa., presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Informo a V. Exa. que os projetos estão incluídos na ordem da Sessão Extraordinária. Inclusive, não houve necessidade de se usar regimentalmente o requerimento.

O SR. WALDYR PUGLIESI

O requerimento não foi votado ontem.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Ele não poderia ser votado hoje.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Deveria ter sido votado na Sessão Ordinária.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Está bem. Será votado amanhã, na Sessão Ordinária. Atendo ao pedido de V. Exa.

O SR. WALDYR PUGLIESI

Senhor presidente, V. Exa. se curvou à determinação legal. Louvo a sua atitude.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Estou acatando a solicitação de V. Exa.

Solicito que o senhor 1º secretário proceda a chamada nominal dos senhores deputados.

O SR. DURVAL AMARAL (**Pela Ordem**)

Senhor presidente, estou orientando a Bancada que dá sustentação política ao Governo na Assembleia Legislativa, para que vote “SIM, mantendo o veto do senhor governador, não obstante ser um projeto de autoria do nobre Deputado Fernando Ribas Carli, a quem tenho o maior apreço e admiração. Mas, é indispensável que votemos “SIM”, mantendo este veto senhor presidente.

O SR. PRESIDENTE (**Hermas Brandão**)

Quero antes, transmitir um convite do deputado Antonio Anibelli, da Mesa Executiva, para a missa de Natal, amanhã, às 10h30min, na nossa capela.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cesar Seleme**)

(**Procede à chamada nominal dos senhores deputados**).

O SR. NEREU MOURA (**Pela Ordem**)

O artigo 186 do Regimento Interno diz o seguinte: quando faltarem apenas 20 dias ou menos para o término de um Sessão Legislativa, somente poderão ser considerados de urgência os projetos de créditos solicitados pelo Poder Executivo, os projetos vetados além daqueles para os quais foi requerido urgência por qualquer Comissão Permanente ou por seus respectivos presidentes.

Desta forma, os requerimentos de regime de urgência aprovado durante esta semana, não tem valor nenhum, porque eles ferem o Regimento Interno desta Casa.

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cesar Seleme**)

(**Continua a chamada nominal e votação**).

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Deputado Nereu Moura, não estamos votando nenhum agora, mas vamos informá-lo amanhã, na Sessão Ordinária.

(**Continua a chamada nominal de votação**).

O SR. 1º SECRETÁRIO (**Cesar Seleme**)

Senhor presidente, cinquenta e dois deputados votaram.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Convido os deputados: Ricardo Chab, Nelson Garcia e Ademar Traiano para que façam o escrutínio.

O SR. PRESIDENTE (**Elio Rusch**)

Atenção senhores deputados, para o resultado da votação:

Cédulas “SIM” - 25;

Cédulas “NÃO” - 26;

Nulo - 01;

Fechando 52 votos.

Está mantido o veto e rejeitado o projeto.

Sobre a mesa, Requerimento nº 4298, de autoria do senhor deputado Elio Rusch, constante do expediente. **Aprovado.** À Diretoria Legislativa.

Nada mais havendo a tratar, declaro encerrada a presente Sessão Extraordinária, marcando outra para logo após, com a seguinte

ORDEM DO DIA:

EM VOTAÇÃO:

2ª DISCUSSÃO - do Projeto de Lei nº 478/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 201/2000, 567, 571 e 602/2001.

3ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nº 408, 435/2000, 287, 311, 474, 593, 594, 625, 632/2001 e do Projeto de Resolução nº 038/2001.

1ª DISCUSSÃO - dos Projetos de Lei nºs 443, 558, 560, 627, 629, 630 e 668/2001.

Levanta-se a Sessão.

Atos da Diretoria Geral:

O diretor geral da Assembleia Legislativa do Estado do Paraná, no uso de suas atribuições,

R E S O L V E :

PORTARIA Nº 108/2001

Mandar incorporar, para todos os efeitos legais, ao acervo de serviço público de ANDERSON VILARES AGIBERT MAIA, matrícula nº 40596, funcionário deste Poder Legislativo sob Regime Jurídico Único, exercendo o cargo de Agente Universitário, nível 64, lotado na Diretoria de Pessoal desta Casa, o tempo de seis (06) meses, relativo ao dobro da licença especial a que tem direito, em virtude de não haver se afastado do exercício de suas funções durante o pe-

ríodo compreendido entre 21 de dezembro de 1992 de 21 de dezembro de 1997, conforme lhe faculta o artigo 248, da Lei de nº 6.174/70, assegurado pelo parágrafo 3º, do artigo 3º, da Emenda Constitucional nº 20/98.

(Prot. nº 11697/2001)

PORTARIA Nº 109/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, MARCIA BORIO WOJTUNIK, matrícula nº 41010, de sessenta (60) dias, a partir de 28 de novembro de 2001, término em 27 de janeiro de 2002. CID.M.65.4.

(Prot. nº 12909/2001)

PORTARIA Nº 110/2001

conceder, licença para tratamento de saúde da servidora deste Poder Legislativo, JOSÉ NATALINO DE C. SILVA, matrícula nº 40067, de trinta (30) dias, a partir de 17 de novembro de 2001, término em 17 de dezembro de 2001. CID.K.40.4.

(Prot. nº 12908/2001)

Gabinete da Diretoria Geral, em 11.12.2001.

(a) ABIB MIGUEL - Diretor Geral

COMISSÃO DE ORÇAMENTO 3ª SESSÃO LEGISLATIVA - 14ª LEGISLATURA ATA DA 9ª REUNIÃO ORDINÁRIA

Aos dez dias do mês de dezembro de 2001, reuniu-se na sala de Reunião da Comissão de Orçamento, sob a Presidência do senhor deputado Cezar Silvestri, com as presenças dos senhores deputados Durval Amaral, Hermes Fonseca e José Maria Ferreira membros da Comissão. Havendo número legal, o senhor presidente deu por aberta a presente reunião, com a seguinte Ordem do Dia; 01) Projeto de Lei nº 623/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 53/2001. Relator deputado José Maria Ferreira. Parecer - FAVORÁVEL. APROVADO. 02) Projeto de Lei nº 624/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 54/2001. Deputado Hermas Fonseca requer diligência junto a Secretaria de Estado dos Transportes; 03) Projeto de Lei nº 625/2001, de autoria do Poder Executivo - Mensagem nº 55/2001. Relator deputado Durval Amaral. Parecer FAVORÁVEL - APROVADO. Nada mais havendo a tratar o senhor presidente agradeceu a presença dos senhores deputados e encerrou os trabalhos da presente reunião, da qual, para constar lavrei a presente Ata, que após lida e aprovada será assinada pelo senhor presidente e por mim, Ana Beatriz S. do Prado secretária da Comissão, para que produza os efeitos legais.

(aa) CEZAR SILVESTRI - Presidente

Ana Beatriz S. do Prado - Secretária